

A única proposta de Pazzianotto recebeu veto do Planejamento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A única proposta do Ministério do Trabalho para a parte social do pacote econômico foi elaborada a pedido da Fazenda e vetada pelo Planejamento. A proposta estava inserida no programa de prioridades do governo e reservava a aplicação de Cr\$ 9 trilhões para a geração de empregos. Este ano, o Ministério do Trabalho está aplicando Cr\$ 50 bilhões no Programa de Geração de Empregos — prioridades 85 — e os recursos ainda estão sendo liberados pela Seplan.

Este seria o único programa social descentralizado no âmbito do pacote. Sua execução ficaria a cargo dos Estados e municípios e o Ministério do Trabalho somente aprovaria e repassaria as verbas, como está

sendo feito este ano. A diferença seria que, na proposta, os Cr\$ 9 trilhões deveriam ser investidos em obras típicas de governo — as de infraestrutura—, enquanto no programa deste ano somente 35% dos recursos foram destinados a essas obras.

O Ministério do Trabalho está tentando ainda recuperar o programa de geração de empregos para o próximo ano. Sua aprovação poderá ser feita por decreto, pelo presidente da República. Se o governo iniciar já uma ação constante para a geração de empregos, será necessário, segundo fonte da área econômica, um ciclo econômico de 18 anos para recompor os níveis de emprego e desemprego. Se o País não adotar nenhuma linha de ação nessa área, a única previsão possível é o caos, segundo a mesma fonte.